



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

### *Acta da quarta sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Aljezur*

**\*\***

**LOCAL:** Sala de Sessões dos Paços do Município

**DATA:** 26 de Setembro de 2008

**INÍCIO:** 20:50 horas

**ENCERRAMENTO:** 01:10 horas

**\***

**CONSTITUIÇÃO DA MESA:**

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

**MEMBROS PRESENTES:**

António Manuel Guerreiro Lopes, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos e Eliezer João Candeias

**\***

**ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:**

Dionísio Manuel Nifro da Silva, Henrique Manuel Ramos Henriques e José Carlos Pacheco da Silva

**\***

**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:**

Manuel Alberto Santinho Cristo e Fernando Manuel Costa Rosa

**\***

**ABERTURA DA SESSÃO** – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:50 horas

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### **PONTO NÚMERO UM**

**APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e oito.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia trinta de Junho de dois mil e oito.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**O SENHOR DIONÍSIO MANUEL NIFRO SILVA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**-----

Foi presente a acta da sessão ordinária realizada um de Julho de dois mil e oito.-

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia oito de Agosto de dois mil e oito.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros António Lopes, Sérgio Santos e Rosa Cigarra.-----

### **PONTO NÚMERO DOIS**

**LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de António Manuel Guerreiro Lopes, ofício de dose de Agosto de dois mil e oito, solicitado justificação da falta dada à sessão de oito de Agosto de dois mil e oito.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista, ofício número vinte e seis mil duzentos e cinquenta e um, acusando recepção da tomada de posição sobre a “Proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número duzentos e noventa e um, de vinte e um de Agosto de dois mil e oito, acusando recepção da tomada de posição sobre a “Proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número mil trezentos e dose, de vinte e sete de Agosto de dois mil e oito, acusando recepção da tomada de posição sobre a “Proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”.-----

– de Assembleia Municipal de Odemira, ofício número duzentos e trinta e seis, de vinte e de Agosto de dois mil e seis, acusando recepção da tomada de posição sobre a “Proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”, informando que será dado conhecimento da mesma aos membros.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ofício número mil quatrocentos e cinco, de quinze de Setembro, de dois mil e oito, acusando recepção da tomada de posição sobre a “Proposta de Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”.-----

**O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS**-----

### **PONTO NÚMERO TRÊS**

**OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO:** – A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberto o presente ponto da Ordem de Trabalhos, usando da palavra para referir que apesar de acompanhar o desenvolvimento dos assuntos da Câmara Municipal com regularidade, devido ao facto de ter se encontrado de férias, queria colocar algumas questões ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, nomeadamente, em relação às piscinas

municipais, que foram inauguradas recentemente, referiu ser do domínio público que as mesmas tem tido alguns problemas. Disse também ter conhecimento que já foram iniciados os trabalhos de reparação, mas perguntou concretamente o que é que estava a ser feito e para quando estava previsto o seu integral funcionamento? Relativamente às obras que estão a decorrer junto à rotunda, perguntou qual é o objectivo dessas obras. Se já há uma data agendada para a realização do Festival da Batata-Doce? Se há data prevista para conclusão do Pavilhão de Feiras? Se há algum desenvolvimento em relação à situação dos Loteamentos do Vale da Telha e do Espartal? Perguntou também se já tinha sido tomada alguma medida, relativamente ao sinal de trânsito que proibia o estacionamento de velocípedes no Largo do Mercado? E, por último, relativamente à transferência de competências, na área da educação, perguntou qual a posição da Câmara Municipal acerca deste assunto e se foi efectuado algum estudo sobre os custos inerentes a essa transferência.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por referir que, de facto, as piscinas municipais já foram inauguradas e, passados poucos dias surgiu um problema na piscina grande, que tem a ver com o facto de quatro dos oito injectores que estão fixados no solo da piscina rebentaram e fizeram estalar alguns azulejos. De imediato foi pedida uma avaliação da situação, tem sido constatado que o problema não é tão grave como parecia. Para além disso, a água dos duches também não chegava nas melhores condições, uma vez que tinha um cheiro desagradável. Foram feitos os testes à água e encontrado o problema. A situação ficou agravada pelo facto de ter ocorrido durante o mês de Agosto, altura em que a maioria das empresas estão encerradas para férias, o que causou o atraso na sua resolução. No entanto está previsto que, durante o mês de Outubro, a situação esteja resolvida para que as piscinas possam começar a funcionar normalmente.-----

#### **O SENHOR JOSÉ CARLOS PACHECO SILVA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, disse que relativamente à requalificação da Avenida General Humberto Delgado, trata-se da segunda fase do projecto, que não tinha sido executada, por ainda não ter havido essa possibilidade. Esses trabalhos consistem na construção de um passeio na margem norte da estrada, que irá desde a zona dos Bombeiros até depois da rotunda. Vão ser substituídos todos os materiais, para que fiquem em consonância com os utilizados na primeira fase, nomeadamente os pines, floreiras, a calçada, os passeios em sienito, irá ser substituída a iluminação pública, a rotunda irá ser melhorada, assim como os passeios em frente à Câmara Municipal, etc. -----

Quanto ao Festival da Batata-Doce disse que estava agendado para o último fim-de-semana do mês de Novembro.-----

Sobre o Pavilhão de Feiras, disse que a sua construção também tinha sofrido um revés, no entanto prevê-se a sua conclusão para dentro de duas ou três semanas. Referiu ainda que a Câmara está a fazer tudo para que o Festival da Batata-Doce já decorra no neste novo espaço, no entanto nada está garantido, pois há questões técnicas que poderão não permitir que isso aconteça.-----

Relativamente ao Loteamento do Espartal disse que a única coisa que a Câmara tem conhecimento é que o Plano de Pormenor está praticamente concluído e que, possivelmente, será apresentado até ao final do ano. Quanto ao Loteamento do Vale da Telha, informou que tinha assinado hoje o contrato de adjudicação, com a Parque Expo, do plano de requalificação urbanística do Vale da Telha. Posteriormente, e com o início dos trabalhos, serão dados detalhes mais pormenorizados.-----

Quanto ao sinal de trânsito, disse que o assunto tinha sido passado para o

Senhor Vereador José Gonçalves, que confirmou que o sinal ainda não tinha sido retirado.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se havia algum prazo para execução do estudo, referente ao Vale da Telha. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que foi elaborado um caderno de encargos. O estudo orça os cento e vinte e quatro mil euros, quanto ao prazo está previsto um ano e meio a dois anos, mas devido a este trabalho ser muito complexo nada garante que não tenha que ser alargado, mas o importante é que o mesmo seja bem feito e célere.-----

Relativamente à transferência de competências na área da educação, disse que cerca de noventa Câmaras já assinaram os respectivos contratos, entretanto a Autarquia está a fazer um trabalho interno, a analisar o antes e o depois tal como foi recomendado pela ANMP, os pacotes financeiros que andam sempre associados a estas situações. Logo que a Câmara chegue a alguma conclusão, o assunto será trazido à Assembleia, não obstante a Câmara não necessitar de autorização para o efeito. A Autarquia vai continuar a trabalhar com calma, conjuntamente com a Direcção Regional de Educação, prevendo-se que o processo esteja concluído até ao mês de Junho de dois mil e nove. -----

A Senhora Presidente da Assembleia sugeriu que, sempre que surja algum desenvolvimento, ou alguma documentação, que sejam enviados à Assembleia, para que os mesmos possam chegar ao conhecimento dos membros.-----

A Senhora Rosa Cigarra, referindo-se à assinatura do protocolo relativo à transferência de competências, disse não ter percebido se o mesmo iria ser assinado, ou não.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que a Câmara conta aceitar as transferências do Estado, de qualquer das formas não o quer fazer à pressa, sem primeiro analisar todos os prós e os contras. Pois a Câmara para além de poder aceitar as competências também quer tirar algumas contrapartidas e mais-valias de todo este processo.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se, na E.B.I/J.I, estavam previstas actividades para além do período normal de aulas, pois algumas mães já lhe disseram que apenas estava previsto as aulas de educação física. Por outro lado, também manifestaram alguma preocupação em relação ao facto dessas actividades terminarem às dezassete horas e trinta minutos e o autocarro escolar partir às dezassete horas. Perguntou ainda se estava previsto apoio psicológico para os alunos? Pois em tempos já houve um Psicólogo que prestava esse serviço na Escola.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que as actividades extracurriculares vão existir. Em relação ao inglês só não está a ser dado nas Escolas do Rogil e de Odeceixe, pelo facto da Câmara ainda não ter conseguido contratar um professor. Quanto ao horário das actividades ir até às dezassete horas e trinta minutos, disse que já lhe tinham colocado esta questão, mas de uma outra forma. De qualquer das maneiras esta situação não é para acontecer, pois não faz nenhum sentido estarem a ser proporcionadas actividades extracurriculares às crianças que depois não as podem frequentar, ou então não podem frequentar até ao seu final. Pensa que se isso aconteceu foi uma situação pontual, no entanto se continua a subsistir a Câmara irá resolver o assunto.-----

Em relação à questão do apoio psicológico, informou que de facto a Autarquia tem uma Psicóloga ao serviço mas que está a desenvolver outro projecto. No entanto existe um *interface* entre a Escola e o Projecto Oriente, que tem um Psicólogo que presta esse apoio aos alunos.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que algumas mães se queixaram que este ano não iria existir esse apoio psicológico e que, se estivessem interessadas em o ter,

teriam que pagar. Referindo-se ao Parque de Feiras, disse que já há dois anos o Senhor Presidente lhe tinha prometido que a próxima Feira iria decorrer no futuro espaço de Feiras e, mais uma vez, não vai ter oportunidade de trazer a família e os amigos ao pavilhão novo. Em relação às piscinas, disse que tinha muita pena desta situação estar a acontecer. Informou que a iluminação pública do Rogil não está a funcionar correctamente, pois hoje, por volta das dezoito horas e com um sol radiante, as luzes estavam acesas. Situação que considera desnecessária e sugeriu que a Câmara corrigisse a mesma.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que essa questão estava muito bem colocada, mas pelo que sabe, precisamente hoje, estava a ser feito um *revis* à iluminação pública do Rogil por parte da EDP, pelo que essa situação poderá ter a ver com isso. -----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou o que é que se passa com as obras do Campo de Futebol e com o subsídio que teria vindo para o relvamento do mesmo? -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que as obras do Campo de Futebol estavam a decorrer a bom ritmo, que está prevista a conclusão da obra em finais de Outubro. Quanto ao financiamento da obra, houve de facto um problema e a Autarquia teve que "*bater na mesa*", no entanto, ainda houve a possibilidade da Câmara recorrer a uma verba ao anterior QCA, correspondente a setenta e cinco por cento do valor da obra. O Instituto do Desporto de Portugal prestou um mau serviço ao informar incorrectamente a Autarquia, uma vez que disse que a candidatura estava tecnicamente aprovada, remetendo a Câmara para o QREN, que não contemplava aquele tipo de candidatura. -----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que, aquando da candidatura a Câmara não tinha podido se candidatar para a construção de um campo novo, por causa dos prazos serem muito apertados, depois a Câmara recorre a um outro tipo de candidatura que afinal não foi aprovada.-----

Perguntou ainda se era verdade, ou mentira, a construção de uma marina na Praia da Amoreira? Se a Câmara tem conhecimento.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que não tinha nenhuma resposta para lhe dar sobre a construção de uma marina na Praia da Amoreira, dado que era a primeira vez que estava a ouvir. Referiu que o que é do seu conhecimento é a intenção de levar a cabo um projecto de aldeamento de cinco estrelas, mas num terreno situado a uma distância relativa da Praia da Amoreira, do lado direito da estrada.-----

O Senhor Vítor Vicente disse ter ficado mais ou menos esclarecido em relação à obra que está a ser feita na Avenida General Humberto Delgado, no entanto, restava-lhe uma dúvida quanto ao facto de saber se a obra estava a ser executada por administração directa, ou se tinha sido adjudicada. Pois na informação do Senhor Presidente da Câmara constava que tinha sido adjudicada, no entanto, tem visto os meios da Câmara a trabalharem na obra. A outra preocupação, surgiu-lhe após a explicação do Senhor Vice-Presidente da Câmara, e diz respeito ao passeio que irá ser construído no lado norte da estrada e que irá terminar logo a seguir à curva da rotunda. Disse que pensou que o mesmo iria até ao Largo do Mercado Municipal e que estas obras trariam também alguma alteração ao ordenamento do trânsito junto àquele equipamento. Assim, tal situação vai fazer com que as pessoas venham a atravessar a estrada, próximo de uma curva, certamente em condições de pouca segurança. Assim, sugeriu que, caso essa situação não esteja acautelada, a Câmara pondere bem o assunto.-----

Relativamente ao Espartal, perguntou qual a razão para algumas obras, que tinham sido iniciadas com tanta pujança, agora se encontrarem paradas. Perguntou se essa situação tinha a ver com eventuais embargos, falências?---

Quanto à situação da Rosalinda, disse que há algum tempo o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que não iria ficar à espera que alguém do Governo viesse limpar aquele espaço, que ele próprio limparia. Entretanto parece que mudou de ideias e está mesmo à espera que alguém o venha fazer. Pelo que perguntou se aquela situação se vai manter por muito mais tempo?

Em relação ao facto de estarmos em Setembro e o Orçamento de Estado vir a ser aprovado em Outubro e, uma vez que nos últimos anos o nosso Município não tem vindo a ser brindado com verbas do PIDDAC, perguntou o que é que o Município de Aljezur tem feito, nesta fase que considera oportuna, em termos de pressão, para fazer crer das nossas necessidades, para o PIDDAC de dois mil e nove. Designadamente em relação à necessidade de um melhoramento das vias de comunicação, ou a possibilidade de vir a ser construído o prolongamento e a ligação da A vinte e dois no sentido Bensafrim/Sines, ou de vir a ser construído o IC quatro. Mas o que é preciso é que alguma coisa venha a ser feita, infelizmente nem a construção da Variante de Aljezur se vislumbra. -----

Terminou mencionando um assunto que considera melindroso e sobre o qual lhe custa falar, e que tem a ver com a situação do Cemitério. Referindo que a sua opinião tem a ver com o facto de que aquele Cemitério deveria ser ampliado, ao invés de vir a ser construído um novo, tal como é a decisão da Autarquia. Disse não ter mais nenhuma informação acerca do assunto, no entanto o que pode constatar é que aquele espaço está esgotado. Que ao ser tentado improvisar espaços, se está a promover alguns momentos desagradáveis e dolorosos, que de todo era de evitar. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que a obra da Avenida General Humberto Delgado foi adjudicada à empresa Canana & Filhos, Lda. Os meios da Câmara apenas estiveram a executar os trabalhos preparatórios, os quais foram retirados da empreitada visto a Autarquia ter meios para os fazer, tornando a empreitada mais barata. -----

Quanto à construção do passeio, disse que de facto não iria até ao Largo do Mercado, mas que iria ser assinalada uma passadeira para peões no seu término, que ainda distará um pouco da curva e permitirá uma passagem em segurança. -----

A requalificação e o ordenamento do estacionamento e do trânsito do Largo do Mercado, serão executados no âmbito do projecto de construção do futuro Mercado Municipal. -----

Em relação à paragem das obras particulares, na Urbanização do Espartal, pelo que tem conhecimento não terá nada a ver com falências. Poderá sim ter a ver com a acção administrativa judicial que decorreu e que é equivalente a um embargo. Disse ainda que empresa teve que recorrer ao Tribunal Administrativo de Loulé, não tendo visto deferido o seu recurso. Se continuasse as obras isso equivalia a desrespeitar a ordem do Tribunal, sujeitando-se às sanções que a Lei prevê. Assim, e à cautela, a empresa decidiu de uma forma unilateral comunicar à Câmara que iria parar as obras de construção nos catorze lotes. Houve um embargo sim, mas muito tempo antes, por parte do PNSACV e que posteriormente veio a ser levantado. Mas, actualmente, as obras não foram alvo de nenhum embargo, foi apenas uma decisão da Algarve Dois, promotora das referidas obras. -----

Quanto à situação da Rosalinda e, ao facto do Senhor Presidente da Câmara ter dito que não era necessário vir cá nenhum governante para deitar aquilo abaixo, de facto é verdade. A limpeza daquele espaço ainda não foi feita e quando tal ocorrer, disse que não se admiraria nada de tal contar com a presença de algum Secretario de Estado, uma vez que a Vila Rosalinda situa-se numa zona de Parque Natural. -----

Relativamente ao PIDDAC, referiu que o Senhor Vítor Vicente que tinha toda a razão, obviamente que a Autarquia tomou as medidas inevitáveis sobre este assunto, pois para além das situações referidas pelo Senhor Vítor Vicente outras há que muito preocupam a Câmara Municipal, nomeadamente, o Quartel da GNR, a Variante de Aljezur, a Estrada de Marmeleite, para a qual já está a decorrer o concurso, mas que ainda não há verba.-----

Quanto à questão do Cemitério é de facto muito pertinente. O Vereador José Gonçalves está a estudar a situação, agora que surgiu a possibilidade dos gavetões e, a Câmara está simultaneamente a fazer a prospecção de terrenos, para saber da capacidade de decomposição de corpos num determinado terreno, que preferiu não adiantar de imediato a sua localização. Disse ainda que, de facto surgiram alguns problemas pontuais, bastante desagradáveis, nomeadamente o caso de uma cova que foi mal aberta e posteriormente levou a que a urna tivesse que ser depositada num jazigo. A questão da falta de espaço no Cemitério continua a ser uma preocupação constante da Câmara Municipal. -

O Senhor Amílcar Duarte perguntou qual a situação da Escola de Odeceixe? Se já estava concluída? Quanto aos reveses que tem surgido em determinadas situações, quer em relação às piscinas, quer em relação ao pavilhão municipal, referiu que de facto a Câmara está a fazer um grande progresso, pois tudo indica que estas obras não irão demorar tanto tempo a ser concluídas, como o Museu da Carrapateira. Perguntou também se, nestes atrasos que trazem consequências para o Município, eram apuradas responsabilidades, independentemente dos problemas serem resolvidos? Se as empresas que fazem as obras com pouco cuidado são responsabilizadas pelos seus actos.-----

Em relação à Vila Rosalinda disse que de facto acredita que não seja necessário vir a Aljezur nenhum Ministro para ajudar a deitar aquilo abaixo, no entanto, gostava de saber concretamente o que é que é necessário fazer para que aquele espaço seja limpo. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que a Escola de Odeceixe já está a funcionar, e ao que sabe está a funcionar bem, obviamente que ainda há alguns trabalhos para concluir, nomeadamente o facto da escola estar a ser alimentada por uma cabo provisório de energia eléctrica, visto a Câmara brevemente ir iniciar a segunda fase das obras de infraestruturas dos Malhadais. Disse ainda que apenas não foram servidas refeições no primeiro dia de aulas, mas que no segundo dia as mesmas já foram facultadas.-----

Quanto à Vila Rosalinda disse que iria desaparecer logo que isso seja exequível. -- A Senhora Presidente da Assembleia informou que tinha sido esgotado o tempo previsto, pelo que concedeu mais vinte minutos para conclusão deste ponto do Período Antes da Ordem do Dia.-----

O Senhor António Lopes disse que tal como o Senhor Amílcar Duarte tinha perguntado, também ele queria perguntar, em relação às piscinas, quem é que suporta os prejuízos e quem tem a responsabilidade de pagar toda aquela quantidade de água que foi perdida? Disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara tinha referido que em relação ao parque escolar não havia problemas, que é suficiente, que tudo está a correr bem. Tem conhecimento que há dificuldades de crianças terem vaga na escola, nomeadamente, no primeiro ciclo (segunda classe). Que a única possibilidade seria entrarem na Escola do Rogil. Referiu ainda a habitual dificuldade de estacionamento que se verificou ao longo de todo o Verão e a actuação dos agentes da GNR, que pensa terem sofrido alguma pressão por parte da Câmara Municipal, no sentido de não deixarem estacionar em qualquer sítio. Não é que não concorde com isso, no entanto durante o Verão o Concelho é alvo da visita de muitos turistas que se deslocam em auto-caravanas que, quando estacionavam no parque de estacionamento,

automaticamente ocupavam o lugar de vários carros. Logicamente que as pessoas, para se deslocarem às compras ou a serviços públicos, estacionavam onde tinham lugar. Pelo que, perguntou se não havia a possibilidade de ser arranjado um local destinado ao estacionamento das auto-caravanas? Com todas as condições necessárias ao seu estacionamento e aos respectivos abastecimentos, inclusive através do pagamento de uma taxa. -----

Relativamente ao Mercado Municipal, disse que as queixas dos comerciantes daquele espaço comercial cada vez são maiores, relativamente às imensas exigências que lhes impõem e à falta de condições para poderem trabalhar convenientemente, Dois dos habituais comerciantes que já lá estão há muitos anos irem desistir das bancas e não haver interessados em os substituir. Disse ainda que se a Câmara tem intenções de construir um novo mercado, não sabe se depois haverão pessoas interessadas em desenvolver aquela actividade, pois as exigências são ao nível das condições de higiene e a Câmara não lhes faculta meios para que isso possa ser cumprido, pois não existe água canalizada nas bancas. -----

Por último, disse que houve pessoas que, quando viram esta movimentação de máquinas da obra que está a decorrer junto à rotunda, perguntaram-lhe logo se era agora que ia ser construída a variante que vai passar por cima da várzea. --- O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por pedir desculpa por não ter respondido à questão colocada pelo Senhor Amílcar Duarte, quanto ao apuramento de responsabilidades nas obras mal executadas. Referindo que essas responsabilidades, obviamente que são dos empreiteiros. Para além disso, há sempre a possibilidade de aplicação de multas, tal como aconteceu aquando da construção dos depósitos de água e à execução da empreitada de abastecimento de água à zona norte do Concelho, devido ao não cumprimento dos prazos de execução. -----

Quanto ao parque escolar, referiu que o que anteriormente tinha dito é que o mesmo era novo, e não que era suficiente. Disse que tinha conhecimento que as dificuldades diziam respeito ao pré-escolar e não ao primeiro ciclo. Tanto que houve a necessidade de, conjuntamente com a Direcção Regional da Educação e a Casa da Criança, protocolar a abertura de uma sala para uma turma do pré-escolar, nas instalações desta Instituição, em Aljezur. Em relação ao primeiro ciclo é a primeira vez que está a ouvir. Informou ainda que a Autarquia já deu conhecimento à Direcção Regional da Educação, acerca da necessidade e pretensão de aumentar a escola E.B./J.I, em mais seis salas. -----

Relativamente ao facto de ter sido referido que a Autarquia tinha feito alguma pressão no sentido da GNR permitir, ou não, o estacionamento na Rua Vinte e Cinco de Abril, referiu que a Autarquia não o tinha feito, nem tampouco havia essa necessidade ou isso seria permitido, pois a GNR é uma autoridade autónoma. O que se passou foi inteiramente da responsabilidade das forças policiais e em cumprimento da Lei. Em relação a um artigo que saiu num jornal, com uma entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara, estava tudo preto no branco, tudo bastante perceptível. Se alguém não entendeu ou não gostou e, caso essa situação tenha sido o detonador que despoletou a atitude da GNR, desconhece. -----

A Senhora Rosa Cigarra disse que não estava a criticar a posição do Senhor Presidente da Câmara, ao dizer que provavelmente essa actuação da GNR foi uma reacção ao artigo publicado no jornal, actuação essa que prejudicou várias pessoas. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo a situação das auto-caravanas, admitiu que de facto o estacionamento desses veículos é uma questão muito complicada, no entanto, admitiu que, por muitos locais de estacionamento que

houvesse, nunca seriam suficientes. Não obstante, a Câmara tem que resolver a questão do estacionamento, o quanto antes, com as condições necessárias para que não aconteçam situações como o Senhor Vítor Vicente mencionou, em que estes turistas vão sonegar água nas bombas de gasolina dos Bombeiros Voluntários.-----

Quanto à questão do Mercado Municipal e ao facto do Senhor António Lopes ter referido que a Câmara não faculta meios para que os comerciantes possam desenvolver a sua actividade condignamente, referiu que não concorda de todo com essa afirmação, pois a Câmara faculta todos os meios possíveis para que os comerciantes funcionem de acordo com a legislação em vigor. Mais, informou ainda que a Câmara chega ao ponto de controlar a actividade, tanto do ponto de vista técnico e como do ponto de vista da higienização, visto que tem uma colaboradora que é engenheira alimentar e desenvolve a sua actividade em toda a área do Município de Aljezur. Obviamente que estão sempre a surgir novas situações que obrigam a adaptações, mas isso não é da responsabilidade da Câmara, é uma imposição da lei.-----

O Senhor Dionísio Silva referiu que em relação à questão das piscinas, a Autarquia deve mesmo apurar todas as responsabilidades, junto dos responsáveis. Porque para todos os efeitos as piscinas ainda não foram utilizadas e a Autarquia já está, há alguns meses, a suportar despesas inerentes à sua manutenção. Considera justo que sejam requeridas as respectivas indemnizações. Uma empresa que ganha um concurso para execução de uma obra, é porque supostamente reúne as condições para realizar essa obra, portanto há que assumir a responsabilidade quando surgem problemas.-----

Sobre o apoio à família, na questão do pré-escolar, perguntou se efectivamente a Câmara tem responsabilidades directas no prolongamento do pré-escolar, designadamente no período entre as quinze horas e trinta minutos e as dezassete horas e trinta minutos. E no caso de ter, perguntou se a Câmara tinha alguma gratificação por cada criança. Pois o que se passa é que a sua filha precisa de usufruir desse prolongamento, durante duas horas e, segundo lhe foi comunicado vai ter de pagar cerca de cento e sessenta euros. Situação que considera manifestamente disparatada, pois se é desta forma que pretendem ajudar as famílias resta saber quem é que quer ter filhos. Pensa que é uma situação que deverá ser acautelada, pois não sabe até que ponto é que está a haver algum apoio efectivo. No caso concreto, apenas está a usufruir desse serviço durante duas horas diárias, mas, tem a sensação que está a pagar muito para além desse tempo.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que em relação à questão das piscinas, sem querer desvalorizar tudo aquilo que já foi dito, o que interessa agora é resolver a situação.-----

Relativamente ao apoio às famílias, disse que isso é uma responsabilidade da Autarquia no que diz respeito ao pré-escolar. Este ano foi feito protocolo com a Casa da Criança e há uma importância a ser paga, sendo que não sabe precisar qual o seu valor exacto, mas que foi fixado um valor mínimo de cinquenta euros, para que possa ser garantido o lanche das crianças. Para além desse valor há depois uma outra importância que é calculada mediante os rendimentos do agregado familiar. Disse que na sua opinião, parece-lhe correcto. Apesar de serem admissíveis críticas ou mesmo sugestões.-----

O Senhor Dionísio Silva referiu que o que considera exagerado é que, para além do subsídio que a Câmara atribui por criança, ainda tem de pagar os referidos cento e sessenta euros. E, daí ter perguntado quanto é que era dado por criança, para poder equacionar quanto é que estariam a custar as duas horas de prolongamento.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o valor atribuído pela Direcção Regional de Educação é muito baixo, mas não sabe precisar em concreto.-----  
O Senhor Johannes Schydlo disse que apesar da Câmara ter colocado um sinal de trânsito, durante o Verão os carros continuavam a ser estacionados debaixo da ponte. Sugerindo que, pelo menos, na época de Verão fosse colocada uma corrente para impedir o acesso de viaturas. Referiu ainda que na Estrada de Marmeleite, assim que se entra no Município de Monchique, existem muitas placas sinalizadoras, situação que não se verifica no troço que pertence ao Município de Aljezur. Perguntando que está prevista a colocação de sinalização e a reparação da estrada?

Relativamente às parcerias público/privadas, disse que o nosso concelho tem muitas capacidades para que com essas parcerias possa vir a ganhar dinheiro, nomeadamente através das energias alternativas, pois a Câmara poderia arranjar um terreno para que uma empresa instale um parque fotovoltaico. Disse que tinha tido conhecimento que havia problemas com as águas residuais, na Zona Industrial da Feiteirinha, nomeadamente, no caso da empresa que trabalha com lixo, pois diz-se que quando o depósito está cheio, as águas residuais são despejadas para os terrenos de particulares, o que pode provocar problemas graves.-----

Referiu ainda ter tido muita pena de aquando da visita da delegação de Kürnach, a mesma não ter sido anunciada na Assembleia para que os membros pudessem participar mais activamente nessa parceria. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que de facto foi colocado o sinal de trânsito, para que os carros não circulem para debaixo da ponte, mas pelos vistos isso não chega. -----

Quanto às placas indicativas dos locais, é uma questão que será analisada após informação concreta em relação à requalificação da estrada de Marmeleite/Monchique, altura em que essa situação será contemplada. -----

Relativamente ao escoamento de águas residuais, por parte dessa empresa, de facto isso aconteceu. Na altura a Câmara mandou que fossem efectuadas análises à água, as quais demonstraram que não havia qualquer problema, tendo inclusive reunido com os proprietários e dado indicação para que este tipo de situação não voltasse a acontecer. -----

Quanto à visita da delegação de Kürnach, disse que pelo conhecimento que tinha, os membros da Assembleia tinham sido convidados a estarem presentes. --

A Senhora Ana Santos disse que queria prestar um esclarecimento relativamente ao futuro quartel dos BVA – Secção de Odeceixe, visto ser um assunto que sempre tinha sido trazido a esta Assembleia. Disse que como é sabido a Direcção, da qual fazia parte, cessou funções no final do passado mês de Julho. Aquando do final do mandato informou o arquitecto, responsável pela elaboração do projecto, da situação e informou-o que daí para a frente, o seu contacto na Associação seria outra pessoa, mas que a seu tempo o iriam informar. Quis saber qual o ponto da situação, pois desde Maio de dois mil e sete que o projecto se encontrava na posse do arquitecto, para que ele procedesse a alguns aditamentos, que permitissem a elaboração do caderno de encargos para o lançamento do concurso. Referiu que a resposta que obteve do arquitecto foi que, efectivamente, não tinha feito o aditamento ao projecto inicial, pelo facto dos honorários referentes ao projecto inicial ainda não tinham sido pagos na totalidade. Pelo que aguardava que a Junta de Freguesia de Odeceixe entrasse em contacto com ele, a fim da situação ser resolvida.-----

Sobre as piscinas municipais, disse que como não tinha conhecimento do horário de funcionamento das mesmas, pois ao dirigir-se ao edifício para obter informações o mesmo encontrava-se encerrado e sem indicação do horário de

funcionamento, posteriormente telefonou para os Paços do Concelho a fim de obter informações. Disse ainda que uma questão que a preocupava muito dizia respeito aos horários de funcionamento, pois os mesmos não servem a população em geral, visto que o último horário para fazer uma aula de hidro-ginástica, por exemplo, é às dezanove horas. Ora, quem trabalha no comércio, ou tem o seu emprego fora do Município, não pode usufruir das piscinas, assim só as pessoas trabalham em repartições públicas, têm um horário de trabalho que possibilita frequentar as piscinas. Considera por isso, que o horário deveria ser revisto, pois tanto em Odemira como em Lagos, as piscinas tem um horário das oito às vinte e duas horas. Sugeriu também que, à semelhança do que aconteceu no Município de Odemira, durante o primeiro mês deveria ser permitido às pessoas experimentarem as diferentes aulas, sem que tenham que efectuar o respectivo pagamento, possibilitando assim a escolha da modalidade que mais lhes agrada.- Disse também querer justificar a sua ausência, hoje, na reunião da CPCJ, para a qual tinha sido anteriormente indicada pela Assembleia Municipal, a qual se deveu ao facto de não trabalhar para a função pública, e os horários escolhidos para as reuniões coincidirem com o seu horário laboral. Hoje, nem tampouco teve a possibilidade de pedir para sair mais cedo, devido a compromissos profissionais assumidos anteriormente. -----

Referiu ainda que, na última Assembleia, tinha sido autorizada a alienação de um lote, sito no Loteamento dos Malhadais I, em Odeceixe e perguntou qual tinha sido o resultado dessa alienação e quais os dividendos que reverteram para a Autarquia. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que as questões da Senhora Ana Santos eram pertinentes e tinha muita razão ao dizer que os horários das piscinas tinham que servir toda a população. A outra sugestão também é muito interessante, pois de facto e antes da pessoa se vincular a um tipo de actividade, deveria ter a possibilidade de a experimentar, para saber se gosta ou não. Disse que pela sua parte iria ter em consideração estas sugestões.-----

Quanto ao horário das reuniões da CPCJ, disse concordar com o desagrado da Senhora Ana Santos e que ela deveria também manifestar esse seu desagrado em sede própria. -----

Em relação à alienação dos lotes em Odeceixe, disse que a Câmara tinha pedido autorização à Assembleia para alienar o lote maior, mas que de facto não o conseguiu vender. Foram alienados dois outros, apenas para habitação, um pelo valor de trinta e cinco mil euros e o outro pelo valor de quarenta mil e quinhentos euros. Mas, mais tarde a Câmara irá promover uma outra hasta pública. -----

O Senhor Eliezer Candeias disse que anteriormente foi falado na limpeza do espaço da Vila Rosalinda, no entanto, aquele terreno tem donos e deve ser acautelada qualquer acção naquele espaço. -----

Disse também querer enaltecer a Câmara Municipal, pelas medidas que está a levar a cabo nos Mercados Municipais, designadamente o facto da Engenheira Alimentar andar a sensibilizar os comerciantes quanto às regras de higienização.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que, quando disse que o que lá estava tinha que ir a baixo, é pelo facto daquela “construção” não oferecer as mínimas condições para prosseguir qualquer tipo de obra e representar um grande perigo para quem lá passa, também devido ao estado de degradação causada pelo tempo que já passou desde a sua edificação.-----

O Senhor José Marreiros referiu que, como o acusam de controlar o tempo, queria chamar a atenção da Senhora Presidente da Assembleia para o facto de, mais uma vez, este ponto da Ordem de Trabalhos ter excedido em muito o tempo

previsto para o mesmo.-----  
Relativamente à informação dada pela Senhora Ana Santos, relativa ao pagamento projecto do Quartel de Odeceixe, disse que não é advogado de defesa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe, mas como ele não está presente e melhor que ninguém poderia esclarecer o assunto, informou que também tem teve conhecimento que há pouco tempo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe teve uma reunião com o Presidente da Câmara e com a Comissão Administrativa dos BVA e o respectivo Comandante, na qual negou o facto de estar alguma importância em dívida, relativa a este projecto. Mais disse que, a conclusão a que chegaram nessa mesma reunião é que o projecto estava desajustado em relação ao exigido por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil, para a Secção dos BVA. Referiu ainda que nessa reunião foi decidido que aquele projecto não interessava e que teria de ser feito um novo projecto.-----

Disse também que, relativamente a uma intervenção tida no início do presente mandato, por parte do Senhor Vítor Vicente, acerca de algo que poderá não ter corrido muito bem durante a campanha eleitoral das Autárquicas de dois mil e cinco, tendo inclusive pedido parecer à ANAFRE acerca do facto de um membro da Bancada do PSD com representação nesta Assembleia, no final da sessão, mais propriamente no período destinado à intervenção do público, ter abandonado a sessão e passar para a zona destinada ao público presente, para responder a uma intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe tida no decorrer da sessão, passando de seguida a ler o parecer recebido. -----

No caso concreto da intervenção da Senhora Ana Santos, acerca do pagamento do projecto, por parte da Junta de Freguesia de Odeceixe, disse não saber se esta intervenção tinha sido política ou não, no entanto, considera a mesma pouco adequada, visto o Presidente da Junta de Freguesia de Odeceixe não se encontrar presente para poder responder à mesma.-----

A Senhora Ana Santos referiu que o Senhor José Marreiros a conhece bem e como tal saberá que a intervenção não foi política. Esclareceu que a sua intenção foi a mesma de sempre, visto que sobre este assunto, pontualmente têm sido transmitidas informações acerca do andamento do processo, nesse sentido o objectivo foi unicamente de manter esta Assembleia informada.-----

Disse ainda que este assunto não é novidade para o Senhor Presidente da Câmara, que foi informado de imediato acerca do assunto.-----

**INTERVALO:** – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

**REINÍCIO DOS TRABALHOS:** – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **PONTO NÚMERO UM**

**PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DOIS MIL E OITO:** – Pela Senhora Presidente da Assembleia foi apresentada, aos restantes membros da Assembleia, a primeira Revisão ao Orçamento da Assembleia Municipal para o ano de dois mil e oito, assim como prestados os respectivos esclarecimentos.-----

Posta à votação, foi a primeira revisão ao Orçamento da Assembleia Municipal – dois mil e oito, aprovado por unanimidade.-----

### **PONTO NÚMERO DOIS**

**APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DE MARMELETE - ESTRADA NACIONAL**

**DUZENTOS E SESSENTA E SETE – ALJEZUR/CONCELHO DE MONCHIQUE:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de quatro de Julho de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

Posta à votação, foi a repartição de encargos da empreitada de repavimentação da Estrada de Marmelite - Estrada Nacional duzentos e sessenta e sete – Aljezur/Concelho de Monchique, aprovada por unanimidade.-----

**PONTO NÚMERO TRÊS**

**DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE ORDENAMENTO DO PNSACV - REGULAMENTO:** – O Senhor Vice-Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca do documento que foi distribuído no início da sessão, referente à Proposta de Ordenamento do PNSACV. -----

Pelo Doutor Jorge Duarte, geógrafo do Município de Aljezur, foi feita a apresentação da proposta de Regulamento de Ordenamento do PNSACV, através de meios audiovisuais.-----

Após a apresentação do documento, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que, sempre que sejam agendadas reuniões de trabalho acerca desta temática, se possível com alguma antecedência, a Assembleia Municipal seja informada da realização das mesmas, pois considera importante que a Comissão, eleita nesta Assembleia para elaboração da tomada de posição sobre este regulamento, acompanhe o desenrolar da situação. E, se necessário, a Câmara e a Assembleia em conjunto tomarem uma outra atitude. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a Assembleia iria ser informada de tudo o que se viesse a passar, adiantando que em meados de Outubro irá ter lugar uma outra reunião acerca do assunto. -----

O Senhor Vítor Vicente começou por agradecer a apresentação que foi feita, visto que a mesma facilita e muito a interpretação do documento, nomeadamente em todos os aspectos dos contra-sensos do documento. -----

Referiu que ainda não estudou o documento com a atenção que o mesmo merece, devido à sua importância. No entanto, numa primeira análise, disse não se conformar com o documento e no que nele está proposto, pelo que considera dever ser feito tudo, de forma a evitar que este regulamento seja aprovado pois o mesmo não serve o Município de Aljezur. Que deverão ser tomadas as medidas consideradas necessárias, para nos opormos de forma determinada a esta imposição, pois não nos podemos conformar com o artigo primeiro desde logo. Disse concordar com o Senhor Vice-Presidente da Câmara quando este referiu que o primeiro caminho a seguir é o do diálogo, e referiu que, tal como o Senhor Presidente da Câmara, pensa que a Assembleia Municipal deve estar envolvida neste assunto e que os diferentes órgãos autárquicos de uma forma coordenada, deverão encontrar as medidas ponderadas mas que tenham alguma consequência. Lembrou ainda que, há alguns anos atrás e por menos que isto, o Senhor Presidente da Câmara decidiu pôr o Município de Aljezur de luto, mantendo até à presente data e, que, ficou provado que essa atitude não surtiu efeito. -----

Pois para além de todos os aspectos referidos, este regulamento também vem tirar, ao Município de Aljezur, praticamente toda a autonomia sobre o território abrangido pelo PNSACV. Disse pensar que deverão ser solicitadas reuniões necessárias, pois está em crer que os Senhores Ministros não vão deixar de ouvir a força da razão e, permitir que instrumentos desta natureza possam vir a ser aprovados.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que acredita, e quer acreditar, que do ponto de vista técnico esta questão se componha. Agora, obviamente que,

esta é uma questão com a qual a Câmara, desde o início, está a “jogar no tabuleiro político”. Só espera que não seja necessário lá chegar com a força e a persuasão que são necessárias para este caso. -----

O Senhor Amílcar Duarte começou por dizer que havia que chamar a atenção do Senhor Presidente da República que, aqui, por mero Regulamento que não por Lei, se estão a alterar poderes constitucionalmente atribuídos aos Municípios abrangidos pelo PNSACV. -----

Perguntou se este trabalho seria emendável? Pois tendo em conta que os erros constantes no mesmo vêm de erros de análise do território, será possível conseguir emendar uma coisa que nasce tão torta? Então o que fazer? Até agora têm sido tomadas de posição não violentas, tomadas na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Aljezur, tem tido resultados próximo a “zero”. -----

Referiu ainda que, independentemente do estudo ter sido elaborado pela Hidroprojecto, a responsabilidade de todas as incongruências constantes no Regulamento é do Governo. Portanto qualquer tomada de posição acerca do assunto deverá ser direccionada directamente ao Governo. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que, pessoalmente, considera que este documento é emendável, recordando que no caso do PROT, por menos, a equipa técnica que preparava o PROT foi dispensada. Neste caso e perante a apresentação do projecto aqui feita, considera que não deveria ser pago um trabalho que no mínimo é grotesco. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a equipa da Hidroprojecto deveria ser despedida, para além de ter de ser obrigada a pagar uma indemnização. -----

Perguntou ainda qual é a posição que as outras Câmaras, abrangidas pelo PNSACV, estão a tomar em relação a este assunto? E se isto foi colocado ao Ministro alguma vez, de alguma forma?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que julga que este documento ainda não foi publicado. Pensa que, obviamente, há uma série de diligências que irão ser iniciadas, por parte do Senhor Presidente da Câmara, já no início da próxima semana. Designadamente, articulações com o Secretário de Estado e os Presidentes das Câmaras de Odemira e de Vila do Bispo. -----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que, obviamente, que este assunto era do conhecimento do Senhor Ministro, mais não seja através das tomadas de posição anteriormente enviadas. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que o que é do conhecimento geral é que este Governo actua, não sobre uma base real, mas sim sobre um País virtual, em que vai actuando por aí, vai dando directrizes à cadeia de comando para ir fazendo as maiores asneiras, que estão a pôr em causa tudo neste País. -----

O Senhor António Lopes disse que era necessário saber o que é que se estava a passar nos outros Concelhos, se o espírito de contrariar tudo isto já estava instalado, ou não? Disse que o estudo deveria ser elaborado de novo e não vir a ser emendado aqui e ali.-----

O Senhor Johannes Schydlo disse que também considerava importante a Câmara comunicar com os outros Concelhos. A Assembleia deveria também enviar uma carta às outras Assembleias Municipais. E, depois em conjunto talvez seja possível fazer mais coisas. -----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO**

**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** – Não se verificou qualquer intervenção, neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

**ENCERRAMENTO:** – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pela uma hora dez minutos do dia vinte e sete de Setembro de dois mil e oito, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Lúcia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

\*\*\*

A Presidente

---

A Primeiro-Secretário

---